

AGRICULTURA FAMILIAR, TRABALHO E ESTRATÉGIAS: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural

Lívia Aparecida Pires de Mesquita¹
livia.mesquita@hotmail.com

Estevane de Paula Pontes Mendes²
estevaneufg@gmail.com

Resumo: Agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, que se identificam pela relação entre terra, trabalho e família. As recentes transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro, com o advento da modernização, afetaram as pequenas e médias propriedades rurais, provocando a descapitalização e a exclusão social do pequeno agricultor familiar, o que trouxe como consequência o êxodo rural. Diante desse contexto, tem sido constante a adoção de diferentes estratégias sociais e econômicas pelas unidades de produção rural familiares, o que tem viabilizado sua inserção na sociedade capitalista. Dentre essas estratégias está o trabalho feminino, que contribui de maneira significativa para a sobrevivência do grupo familiar. Frente a essa situação, a proposta desse trabalho assenta-se em compreender as características da agricultura familiar e as estratégias familiares adotadas por esse segmento de produtores rurais, com ênfase no trabalho feminino. Para a realização do trabalho foi efetuada uma revisão teórico-conceitual sobre a temática e, ainda levantamento, sistematização e análise de informações de fontes secundárias. Acredita-se, que as unidades familiares têm a capacidade de elaborar novas estratégias para se adaptarem às condições econômicas e sociais na qual estão inseridas. Diante disso, há necessidade de consolidar políticas, estratégias e/ou planos diferenciados que possam assegurar elementos que possibilitem a estruturação de políticas específicas para este núcleo, o que permite criar oportunidades para as gerações futuras.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Estratégias produtivas. Trabalho feminino.

FAMILIAR AGRICULTURE, WORK AND STRATEGIES: female participation in socioeconomic and cultural reproduction

Abstract: Familiar agriculture is an used concept to characterize the units of agricultural production, structuralized in the familiar work, who identify themselves by relationship among land, work and family. The recent transformations in the Brazilian agrarian space, with the advent of the modernization, had affected small and medium sized rural properties, leading to impoverishment and social exclusion of the small family farmer, what brought as a consequence the rural exodus. Given this context, has been constant adoption of different social and economic strategies by rural production family units, what has enabled its insertion in capitalist society. Among these strategies is the women's work, which contributes

¹ Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA)

² Prof^ª. Dra. do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA).

significantly to the survival of the family group. In this situation, the proposal of this study is based on understanding the characteristics of familiar agriculture and family strategies adopted by this segment of rural producers, with emphasis on female labor. To carry out this work was performed a theoretical-conceptual review on the thematic, even survey, systematization and analysis of information from secondary sources. It is believed, that family units have the capacity to elaborate new strategies to adapt to economic and social conditions in which they are inserted. Thus, there is a need to strengthen policies, strategies and / or differentiated plans that could provide elements that allow the structuring of policies specific to this core, which provides opportunities for future generations.

Key-words: Familiar agriculture. Production strategies. Female labor.

Introdução

Agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, que se identificam pela relação entre terra, trabalho e família. Esse modo de produção teve sua origem vinculada à história do regime colonial e sempre esteve relacionada com as transformações socioeconômicas vividas no campo. Desenvolveu-se subordinada a uma estrutura concentrada da propriedade da terra e dos mercados e não foi eliminada pelas transformações dos processos produtivos, ocorridos a partir dos anos de 1960, como resultado da expansão do capitalismo no campo.

No entanto, as transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro, com o advento da modernização, afetaram essas pequenas e médias propriedades rurais, uma vez que a agricultura comercial modernizada, concebida a partir de políticas que forjaram o modelo agro-exportador brasileiro, promoveu um processo de concentração de capital e da propriedade no meio rural. Dessa forma, o pequeno produtor rural ocupou um lugar marginalizado do ponto de vista das políticas públicas, constituindo-se num segmento social impossibilitado de desenvolver suas potencialidades, enquanto forma social de produção, o que promoveu sua descapitalização e exclusão social, e como consequência o êxodo rural, além de criar um processo de assalariamento para o homem do campo.

Diante desse contexto, tem sido constante a adoção de diferentes estratégias sociais e econômicas pelas unidades de produção rural familiares, o que tem viabilizado sua inserção na sociedade capitalista. Dentre essas estratégias está o trabalho feminino, que contribui de maneira significativa para a sobrevivência do grupo familiar. As mulheres agricultoras não são apenas as principais responsáveis pelas atividades de manutenção do núcleo familiar, mas desempenham um papel fundamental no trabalho relacionado a lavouras e a criação de animais. Sendo assim, elas possuem uma grande importância na dinâmica da unidade de produção, interferindo diretamente nas diferentes esferas de atuação produtiva e reprodutiva.

As várias competências e experiências exercidas pelos produtores e o emprego em atividades rurais e não rurais de membros da família são consideradas

como estratégias de sobrevivência, que garantem a sua reprodução social e, ainda, contribui para uma melhor qualidade de vida para os que vivem no e do campo. Frente a essa situação, a proposta desse trabalho assenta-se em compreender as características da agricultura familiar e as estratégias familiares, enfatizando o trabalho feminino, as quais permitiram/permitem sua permanência no campo.

Diante dessas considerações, a importância desse estudo assenta-se na necessidade de melhor conhecer a realidade da agricultura familiar no contexto nacional/regional/local e a sua importância para a sociedade contemporânea, pois, é necessário que haja uma melhor compreensão da dinâmica interna das explorações familiares e do grau de sua integração ao sistema econômico e social vigente. O que de fato contribuirá para o desenvolvimento de ações mais eficazes e lúcidas, capazes de desenvolver propostas viáveis, tendo em vista o bem-estar dessa população.

Material e método

Para que se possa desenvolver uma pesquisa de natureza geográfica, torna-se necessário domínio do conteúdo teórico e conceitual por meio de leituras específicas, assim, essa etapa representa o momento em que o pesquisador procura conhecer o que já foi produzido sobre o tema, através de leituras, fichamentos e análises. De acordo com Luna (2005), a revisão teórica tem por objetivo circunscrever o dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo. Assim, para a aquisição de informações os quais nortearam essa análise foi elaborado um corpo teórico-conceitual sobre os principais paradigmas do desenvolvimento rural, com ênfase na agricultura familiar, modernização da agricultura, território e identidade.

Acredita-se que o conjunto de informações obtidas, através da revisão teórica, permite entender o desenvolvimento rural, a realidade da agricultura familiar brasileira, frente ao processo de modernização do campo, bem como, a importância social, econômica e cultural dessas unidades de produção para a sociedade.

Agricultura familiar na ruralidade brasileira

A agricultura familiar é uma modelo de produção baseado no trabalho da família e se caracteriza como aquele em que a direção do processo produtivo está assegurada diretamente ao proprietário da terra, na qual a própria força de trabalho e a gestão da propriedade estão a cargo da mesma pessoa ou do mesmo núcleo familiar.

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro ganhou força nos últimos anos, ocupando o seu espaço e propiciando um ambiente favorável para o debate da importância dessas unidades

produtivas para a agricultura e para a sociedade. A agricultura familiar passou a ser vista como uma forma de geração de emprego e de ocupações produtivas no desenvolvimento da sociedade.

Schneider (2003), ao analisar o debate brasileiro sobre a agricultura familiar, afirma que a emergência da expressão agricultura familiar na literatura brasileira ocorre no início da década de 1990, quase simultaneamente, em duas esferas distintas. De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece estar relacionada aos embates que os movimentos sociais tiveram nas discussões acerca do espaço e o papel dos pequenos produtores rurais, de outro, por intermédio de alguns trabalhos acadêmicos que passaram a buscar novos referenciais teóricos e analíticos, no referido período, e que contribuiu para introduzir a expressão agricultura familiar que segundo o autor,

[...] surge como uma noção de convergência e unificadora dos interesses dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração, mas afetados economicamente, uma vez que a abertura comercial ameaçava determinados setores da agricultura brasileira em razão das diferenças de competitividade dos seus produtos [...] (SCHNEIDER, 2003, p. 30).

A partir deste momento surgem estudos que apontam a importância da agricultura familiar no contexto socioeconômico do país, por se tratar de uma atividade que, além de possibilitar a geração de emprego, permite a permanência das famílias agricultoras no campo, diminuindo o êxodo rural e a superpopulação nas áreas urbanas.

O aumento do interesse pelas discussões sobre a importância social e econômica dessa unidade produtiva se materializou em políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), além do revigoramento da Reforma Agrária, destinadas a promover a melhoria da condição de vida deste segmento. Sendo que, a formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados. No entanto, não se pode afirmar que a agricultura familiar tem sido reconhecida como prioridade pelos governos, este segmento ainda enfrenta muitos problemas, como os altos preços dos insumos agrícolas, a demanda irregular do mercado e os baixos preços de mercado para seus produtos.

Diante desse contexto, os agricultores familiares da sociedade contemporânea conseguem sobreviver frente a esses desafios, lançando mão de uma multiplicidade de mecanismos, conhecimentos e da experiência que adquiriram ao longo de sua formação e existência. A reprodução social e cultural dos produtores familiares se constitui em um processo dinâmico que se dá em meio às

transformações, adaptações, mudanças e permanências, as quais são viabilizadas pelas estratégias geradas por esses indivíduos.

De acordo como Brumeret al. (1993, p. 205), as “estratégias familiares são respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a sua exploração [...]”. Já para Schneider (2003, p. 109), “[...] as estratégias são interpretadas com o resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação ao indivíduo[...]”. Sendo assim, as estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, e são mediadas por uma racionalidade informada pela realidade que é adquirida das relações materiais presentes ou daquelas herdadas do passado e transmitido culturalmente, dessa forma, são consideradas como resultado da ação humana frente às contingências e situações objetivas. Assim, as estratégias utilizadas pelos produtores são realizadas conforme a realidade que cada um está inserido, pois só assim ele pode garantir a sua permanência no campo.

O pequeno produtor sempre recorre à combinação de diversas fontes de renda e de trabalho, ele constitui seus espaços e combina espécies e variedades de vegetais, organizando a produção e a vida social, com base em modelos de saber e de conhecimento construído pela família e apreendidos no decorrer da formação cultural dos seus descendentes, os quais são considerados como essencial para assegurar a própria reprodução dessas unidades.

A interação entre o agricultor, a unidade familiar, a propriedade rural e o mercado de trabalho constituem uma forma de integração e uma necessidade estrutural entre os agricultores familiares. O agricultor não pode agir sozinho, seu trabalho depende de fatores internos e externos a que cada unidade de produção apresenta. Diante desse contexto, a unidade familiar tem a capacidade de elaborar novas estratégias para se adaptar às condições econômicas e sociais que está inserida, dessa forma, torna-se necessário analisar a família como unidade social e não apenas como unidade de produção.

A agricultura familiar, atualmente simboliza a geração de empregos no meio rural, sendo a principal forma de atividade econômica de muitas famílias, além disso, contribui com a segurança alimentar, com a questão ambiental, econômica e social. Diante desse pensar, nota-se que a agricultura familiar ocupa um papel importante na sociedade, além disso, estimula a produção diversificada, amplia a capacidade de consumo de alimentos e de outros bens pelas famílias rurais e absorve a mão-de-obra rural. Assim, podemos afirmar que essa unidade de produção exerce múltiplas funções estratégicas para a sociedade e isto deve ser reconhecido e traduzido em políticas públicas adequadas, as quais propiciarão a geração de empregos, a melhoria da renda e, conseqüentemente, a diminuição dos conflitos sociais e do êxodo rural.

A participação feminina na agricultura familiar

A agricultura familiar tem como uma das principais características o controle da família sobre os meios de produção, sendo que esta é a principal responsável pela efetivação do trabalho. A família é ao mesmo tempo, unidade de produção e consumo, assim, por ser o trabalho organizado a partir e para a família, torna-se fundamental compreender os espaços femininos na agricultura familiar.

Para suprir as necessidades da família, os agricultores criam estratégias a fim de que sejam mantidas as condições de reprodução ao longo das gerações. Por isso, o trabalho feminino no meio rural é considerado como uma estratégia de manutenção das condições de reprodução da família ao longo das gerações. E mesmo sendo pouco valorizado e quantificado, o trabalho das mulheres tem um importante papel em toda a trajetória da família.

A unidade de produção familiar é o resultado da soma do trabalho dos membros da família, assim, o trabalho produtivo realizado pela mulher possui diversas funções que favorecem tal unidade. Nessa perspectiva, Tedesco (1999) ao analisar as condições de organização doméstica e as atividades produtivas que permitem a participação feminina no conjunto da unidade familiar e as relações econômicas e culturais dos pequenos produtores familiares de quatro comunidades no rio Grande do Sul salienta que,

[...] a força de trabalho do produtor familiar [...] reproduz-se em nível familiar, não individual. Assim, a combinação do trabalho feminino com o masculino reduz custos familiares na contratação de mão-de-obra *de fora*, redefine as relações locais de trabalho, desorganiza e (re)organiza a divisão familiar do trabalho e os processos de entreajuda (puxerão e troca de dias) entre famílias vizinhas e/ou parentes, alterando a distribuição das tarefas e o significado do papel que compete a cada um dos membros desempenhar. [...] (TEDESCO, 1999, p. 191, grifos do autor).

No entanto, há uma desvalorização do trabalho da mulher, seu trabalho nas atividades relacionadas à produção é considerado como sendo menor, ela apenas “ajuda”, mesmo quando seu tempo de trabalho não é menor que o realizado pelo homem. Muitas vezes sua carga horária é igual ou superior à do homem, pois conciliam os afazeres domésticos com as atividades agrícolas. Muitas delas realizam o trabalho não agrícola, como o cuidado com os animais, com a horta, a fim de proporcionar renda e garantir uma mínima autonomia e individualização.

Assim, diferentemente dos homens, que se dedicam inteiramente ao trabalho agrícola, as mulheres combinam diferentes modalidades de trabalho, se desdobram entre os afazeres na lavoura e na casa, para conciliar as diferentes demandas do grupo familiar. Além disso, elas realizam outras atividades como, o

processamento dos alimentos (queijos, manteiga e doces, por exemplo) e o cuidado com pequenos animais (galinhas, patos, porcos), com o pomar e a horta.

Diante dessas considerações nota-se que o trabalho da mulher é de extrema importância para a vida da família no meio rural, pois, além de garantir a sobrevivência, contribui na renda familiar. Corroborando com esse pensar Tedesco (1999), afirma que,

[...] seu trabalho é visto além de sua contribuição para o bem-estar da família; é expressivo do esforço que fazem para encontrar formas de gerar rendas adicionais no núcleo familiar; aumentando, sem dúvida, sua carga de trabalho, complexificando seu vínculo com o espaço doméstico [...] (TEDESCO, 1999, p. 213-214).

Diante da importância do trabalho feminino para a família rural, as pesquisas que estão se dedicando às questões da mulher, especialmente na agricultura familiar, bem como todos os processos por elas vividos, sinalizam que há uma crescente transformação no que diz respeito à sua participação ativa no campo, embora, ainda é visível a sua subordinação. Percebe-se que com o passar do tempo as mulheres rurais vêm tentando reverter esta realidade, participando junto ao homem das atividades relacionadas ao plantio, a colheita, a administração, contribuindo assim de forma importante para o orçamento familiar.

Diante desse contexto, desconsiderar o trabalho da mulher na agricultura familiar é ignorar a sua contribuição econômica na produção agrícola. Não identificá-la como produtora, resulta na invisibilidade do trabalho feminino, no não reconhecimento da trabalhadora rural, o que dificulta o seu acesso aos direitos previstos em lei, excluindo-as das políticas de desenvolvimento.

Sendo assim, nota-se a importância de dar visibilidade ao trabalho da mulher, não somente na agricultura familiar, mas em todos os campos de trabalho. Para que isso de fato ocorra, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes que proporcione às mulheres os mesmos direitos que aos homens e adotar medidas que as incentive e as esclareceram na utilização dos seus direitos. Assim, elas poderão conquistar uma participação mais respeitada dentro da agricultura familiar, bem como autonomia para atuarem tanto na produção quanto na administração da sua família. Isso contribuirá para valorização da agricultura familiar e para transformar as relações sociais de gênero.

Considerações finais

A agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. A partir das definições analisadas, podemos afirmar que um agricultor familiar é todo aquele que tira da agricultura sua principal fonte de renda e busca se reproduzir social e economicamente através da força do trabalho familiar.

A agricultura familiar não contribui apenas na reprodução socioeconômica das famílias rurais e para a segurança alimentar, mas também em fatores ligados à identidade social e às formas de sociabilidade das famílias, o que assegura a manutenção de muitas comunidades rurais. Nota-se a importância de destacar a contribuição da agricultura familiar para a manutenção do tecido social e cultural e como elemento dinamizador dos espaços rurais. Sendo assim, destaca-se a presença e a permanência dos agricultores familiares no campo como fundamental para a preservação das relações sociais e como condição de cidadania.

Diante dessas considerações, a valorização do trabalho da mulher no meio rural também é uma forma de garantir o desenvolvimento da agricultura familiar e para que isso ocorra há a necessidade de um conjunto de mudanças sociais e políticas que visem à equidade, à solidariedade e a inclusão social, assim como, as mudanças nas relações de gênero. Garantir a participação ativa das mulheres e seu acesso aos recursos e benefícios de diferentes projetos e da própria organização à qual pertencem é a principal tarefa a ser levada a cabo por elas próprias e pelas instituições públicas e privadas que procuram promover o desenvolvimento socioeconômico não só da agricultura familiar, mas de todo país.

Nesse sentido, é importante salientar que apesar das dificuldades encontradas, as unidades familiares estão conseguindo sobreviver. Porém, ainda, existe a necessidade de consolidar políticas, estratégias e/ou planos diferenciados com vistas a assegurar elementos que possibilitem a estruturação de políticas específicas para este núcleo, as quais tenham como objetivo central, a melhoria da condição econômica e social dos pequenos agricultores.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M. P. P.; BUENO, O. de C. Agricultura familiar e o poder local: um exercício de cidadania. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. 2 ed. Curitiba: UFPR, 1998. p. 119 – 149.

BLUM, R. Agricultura familiar: um estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 57-104.

BRUMER, A. et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.) **Agricultura familiar**. Tradução Ângela M. M. Tigiwa. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 179-234. (Coleção Repertórios).

BURG, I. C.; LOVATO, Paulo Emilio. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, p. 1522-1528, fev. 2007.

CAUME, D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997. 71 p. (Quiron).

DEGASPARI, S. D.; VANALLI, T. R.; MOREIRA, M. R. G. **Apostila de normalização documentária**: com base nas normas da ABNT. Presidente Prudente: Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação. 2006, 31 p. <http://www2.prudente.unesp.br/biblioteca>

FAO/INCRA, **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**: o resumo do relatório final do projeto UTF/BRA/036. 2. versão, 1996.

FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. 2 ed. Curitiba: UFPR, 1998. 288 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 115 p. (Primeiros Passos, 18).

GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. 2 ed. Curitiba: UFPR, 1998. 288 p.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução Frédéric Bazin. Campinas: Unicamp, 1998. v. 2, 348 p. (Coleção Repertórios)

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2005. 108 p. (Série Trilhas).

MEDEIROS, R. M.; RIBEIRO, E. M. O papel da mulher na agricultura familiar: dois estudos de caso. **Organizações rurais e agroindustriais**, Lavras – MG. v. 5, n. 1, jan/jun 2003. Disponível em: <<http://www.dae.ufla.br/revista/>>. Acesso em: 11 dez. 2009.

MELO, H. P. de; SABBATO, A. Di. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: Ministério do desenvolvimento agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do desenvolvimento agrário, 2006. p. 47-87.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDES, E. de P. P.; PESSÔA, V. L. S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observação e aplicação de roteiro de entrevista. In: RAMIRE, C. de L.; PESSÔA, V. L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009, p. 509-537.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 204 p.

OLIVEIRA, P. R. C. de et al. Agricultura familiar e as relações de gênero: um estudo da trajetória da mulher na agricultura familiar. In: Semana Acadêmica da FDV. 2007, Viçosa. **Anais eletrônicos...** Viçosa: FDV Disponível em: <http://correio.fdvmg.edu.br/downloads/SemanaAcademica2007/Anais_Artigos/Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2009.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. F. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos**: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5. ed. rev. e ampl. Uberlândia: UFU, 2006. 144 p.

_____. Agricultura familiar e pluriatividade. In: _____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. cap. 2, p. 73-110.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. 218 p.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 331p.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 405 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. Grupo de Trabalho Normalização Documentária da UNESP. **Normalização documentária para a produção científica da UNESP**: normas para apresentação de referências segundo a NBR 6023:2002 da ABNT. São Paulo, 2003. 97 p. <http://www.biblioteca.unesp.br/>

VENÂNCIO, M. **Território de esperança**: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campensinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

FONTE FINANCIADORA

Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFU)

Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)